

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL – STF, BRASÍLIA-DF.**

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL, partido político com representação no Congresso Nacional, devidamente registrado no Tribunal Superior Eleitoral, inscrito no CNPJ sob o nº 06.954.942/0001-95, com sede na SCS, Quadra 05, Bloco B, Loja 80, Brasília, Distrito Federal, representado, na forma do seu Estatuto Social, pelo seu Presidente, **JULIANO MEDEIROS**, vem, pelos seus advogados abaixo assinados, com fundamento no disposto no art. 102, § 1º da Constituição Federal e no art. 3º e os dispositivos seguintes da Lei nº 9.882, de 1999, ajuizar a presente

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE COM PEDIDO DE
CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR**

objetivando a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 13.491, de 2017 (anexada) nos termos dos pedidos abaixo e pelas razões que desenvolve a seguir.

1. DA LEGITIMIDADE ATIVA DO REQUERENTE

O PSOL é partido político com representação no Congresso Nacional e, portanto, constitucionalmente legitimado para agir em sede de controle concentrado de constitucionalidade, devidamente constituído frente ao Tribunal Superior Eleitoral e representado no Congresso Nacional, restando, assim, preenchidos os pressupostos do art. 103, VIII da Constituição Federal/88, bem assim, do art. 2º, inciso VIII da Lei 9.868/99.

2. DA NORMA IMPUGNADA

O Congresso Nacional decretou e o Presidente da República sancionou, em 13 de outubro de 2017, a Lei nº 13.491, que possui o seguinte teor:

LEI Nº 13.491, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º.....

.....

II - os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, quando praticados:

.....

§ 1º Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão da competência do Tribunal do Júri.

§ 2º Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e

cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto:

I - do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa;

II - de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante; ou

III - de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária, realizadas em conformidade com o disposto no art. 142 da Constituição Federal e na forma dos seguintes diplomas legais:

a) Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica;

b) Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;

c) Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar; e

d) Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral." (NR)

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de outubro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER

Raul Jungmann

A presente ação insurge-se especialmente contra o art. 9º, §2º e seus incisos, em suma porque a Lei deixa de preservar a autoridade do júri (cláusula pétrea) rompe as regras de julgamento penal imparcial (ausência de justiça), fere o princípio da igualdade perante a lei (privilegio de uma categoria ou segmento social em detrimento da coletividade), relativiza do devido processo legal e, por fim, a ação se baseia nas normas internacionais de direitos humanos.

3. MÉRITO

3.1. VIOLAÇÃO À COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI PARA O JULGAMENTO DOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inc. XXXVIII, reconhece a instituição do Júri como garantia fundamental, assegurando-lhe “*a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida*” (álínea “d”).

Tratando-se, portanto, de competência constitucionalmente estabelecida, **apenas o próprio texto constitucional pode excepciona-la**. Jamais uma norma infraconstitucional.

Esse, aliás, é o entendimento tranquilo do Supremo Tribunal Federal. Conforme assentou o Ministro Néri da Silveira no julgamento do Habeas Corpus nº 70.477-2/PI, “*no que concerne à competência do Tribunal do Júri, para o processo e julgamento dos crimes dolosos contra a vida, tem o STF decidido que apenas podem ser excepcionadas, nos casos de foro especial por prerrogativa de função, as hipóteses previstas na própria Constituição*”.

Afinal, é preciso rememorar, como bem o faz Maria Lúcia Karam¹, que

Ao tratar expressamente da competência do júri, assegurando-a sempre que a pretensão punitiva deduzida no processo estiver fundada na imputação de fatos configuradores de crimes dolosos contra a vida, quis o constituinte que o interesse fundamentador da criação do júri – a participação popular direta no exercício da função do Estado expressada na jurisdição, participação que funciona como mecanismo de democratização do poder político – não se limitasse a determinar a existência daquela instituição, mas se constituísse também em fator a ser necessariamente considerado quando da materialização da função jurisdicional

¹ KARAM, Maria Lúcia. Competência no processo penal. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, p. 120.

nos processos em que se examina a possível prática daqueles delitos, em tese os que apresentam maior gravidade, já que atingindo as condutas que os configuram o maior de todos os bens jurídicos – a vida. Ao não se limitar a dispor sobre a instituição do júri, achando por bem trazer a si a determinação de sua competência privativa sempre que a pretensão punitiva deduzida no processo estiver fundada na imputação de fatos configuradores de crimes dolosos contra a vida, entendeu o constituinte que a especial natureza daquelas infrações penais (traduzida em sua especial gravidade) deveria levar a que eventual concretização do poder de punir (concretização que se faz através da condenação imposta pelo órgão que exerce a jurisdição no processo) se fizesse, em tais casos, através de uma forma mais democratizada de exercício deste poder do Estado.

O constituinte derivado, apenas para aclarar ainda mais a questão, através da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, conferiu a seguinte redação para o § 4º do art. 125 do texto constitucional:

Art. 125. [...]

§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

[...]”

Embora tal dispositivo se aplique apenas aos militares estaduais, a ideia nele contida deixa muito clara **a opção do constituinte em reafirmar a competência do tribunal do júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, ainda que praticados por militares contra civis**. O próprio parágrafo único do art. 9º do Código Penal Militar também já estabelecia que “**os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum**” (texto vigente à época).

A lógica do sistema constitucional, portanto, é clara: **a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida de**

civis praticados por militares é do tribunal do júri!

Não por outra razão, afirma Antonio Scarance Fernandes que *“com a Emenda Constitucional 45/2004, ficou expressamente fora da competência da Justiça Militar o julgamento de crimes da competência do júri quando a vítima for civil”*².

Outrossim, a Lei, uma lei ordinária, traz exceção ao texto constitucional, restringindo a aplicabilidade e excepcionando a eficácia da cláusula pétrea do Tribunal do Júri e suas competências, expostas originariamente na Carta. Mesmo que entendêssemos possível excepcionar a regra do inciso XXXVIII do art. 5º da CF/88, no mínimo se exigiria norma de mesma hierarquia, ou seja, oriunda de uma Constituinte ou do Poder Originário. Sequer uma emenda constitucional e muito menos uma lei ordinária podem excepcionar as regras constitucionais originárias. Quanto mais quando, como no caso, retira-se a competência do Júri em flagrante retrocesso social e processual e em detrimento da estabilidade social e das regras.

Dessa forma, resta patente que a Lei nº 13.491, de 2017, **afronta a competência constitucional do tribunal do júri para julgar os crimes dolosos contra a vida** e, portanto, evidencia-se a sua inconstitucionalidade.

3.2. DO ROMPIMENTO DO DEVIDO PROCESSO

A modificação trazida pela Lei 13.491, de 2017, além do que já foi até aqui exposto, é inconstitucional porque contrária ao devido processo legal.

E é contrária exatamente porque não respeita a competência absoluta do Tribunal do Júri trazida pelo próprio texto constitucional. A competência absoluta do Júri é regra que pode, quando muito, ser excepcionada

²FERNANDES, Antonio Scarance. *Processo penal constitucional*. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012, p. 163.

pela própria Constituição, como foi o caso do julgamento do HC 70.581 (rel. Ministro Marco Aurélio), onde o STF relativizou a competência absoluta em face da própria Constituição.

O devido processo legal disposto no inciso LIV do artigo 5º da Constituição Federal é uma garantia individual porque determina que deve ser observado a todos, sem exceção, nas palavras do Ministro Alexandre de Moraes³, a “paridade total de condições com o Estado-persecutor e plenitude de defesa”.

Para que se dê vigência ao devido processo legal é necessário a observância das regras processuais vigentes. Isso porque no âmbito do devido processo legal se insere as garantias da ampla defesa e do contraditório, bem como os procedimentos formais inerentes ao processo.

Não por acaso, o Ministro Alexandre de Moraes explicita que para se conseguir a paridade total de condições com o Estado-persecutor há que se observar o “direito a defesa técnica, à publicidade do processo, à citação, de produção ampla de provas, de ser processado e julgado pelo juiz competente, aos recursos, à decisão imutável, à revisão criminal”.

Todos esses procedimentos fazem parte do devido processo legal. Daí poder-se afirmar que o devido processo legal protege também, como condição de sua existência, o próprio processo consubstanciado nos procedimentos existentes nos amplos ramos do direito processual, como o civil, o administrativo e o penal.

Nesse sentido, pontua Celso Ribeiro Bastos⁴:

Finalmente, há de consignar-se aqui a lição dos tratadistas mais modernos, que timbram em ver no ‘devido processo legal’ mais do que uma garantia subjetiva do indivíduo, uma tutela do próprio processo. Com efeito, cada vez se consolida mais a ideia de que sobre os interesses unilaterais das partes, respeitáveis sem dúvida, sobrepassa no entanto um de maior amplitude, que é

³ MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional* – 24. ed. – São Paulo : Atlas, 2009, p. 106.

⁴ In Comentários à Constituição do Brasil : promulgada em 5 de outubro de 1988, 2. volume : arts 5 a 17 / Celso Ribeiro Bastos, Ives Gandra da Silva Martins. – 2. ed. Atual. – São Paulo : Saraiva, 2001. p. 282

o de tutela do próprio processo. A lição vem muito bem exposta por Ada Pellegrini Grinover, no seguinte excerto de sua obra Processo constitucional em marcha, que de resto, se presta à conclusão deste inciso:

‘Desse modo, as garantias constitucionais do devido processo legal convertem-se, de garantias exclusivas das partes, em garantias da jurisdição e transformam o procedimento em um processo jurisdicional de estrutura cooperatória, em que a garantia de imparcialidade da jurisdição brota da colaboração entre partes e juiz. A participação dos sujeitos no processo não possibilita apenas a cada qual aumentar as possibilidades de obter uma decisão favorável, mas significa cooperação no exercício da jurisdição. Para cima e para além das intenções egoísticas das partes, a estrutura dialética do processo existe para reverter em benefício da boa qualidade da prestação jurisdicional e da perfeita aderência da sentença à situação de direito material subjacente.’

De rigor as normas processuais são dispostas por lei infraconstitucional. Porém, no caso aqui discutido, a própria Constituição determinou a forma como se dará o processo nos casos dos crimes dolosos contra vida. E isso foi estabelecido em Cláusula Pétrea, no inciso XXXVIII, do art. 5º da Constituição Federal.

O texto constitucional, não dando margem para outra interpretação, determina, sem qualquer exceção que “a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida” é do Tribunal do Júri.

Ora, voltado as lições do Ministro Alexandre de Moraes, o devido processo legal se estabelece, entre outros critérios, com o julgamento pelo juiz competente (o juiz natural). Se a Constituição Federal, em Cláusula Pétrea, determina que a competência para crimes dolosos contra a vida é do Tribunal do Júri, qualquer lei que diga o contrário é inconstitucional, tanto por ferir o inciso XXXVIII, quanto o inciso LIV do artigo 5º, posto que o devido processo legal somente se dará com o juiz competente.

Dessa forma, a Lei 13.491, de 2017 é inconstitucional quando modifica o § 2º e incisos do artigo 9º do Decreto-Lei 1.001/69 determinando que os

crimes dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União.

3.3. ROMPIMENTO DO JUIZ NATURAL - TRIBUNAL DE EXCEÇÃO

A Lei 13.491, de 2017, em face da exceção, rompe a devida presunção, ou pressuposto de imparcialidade da autoridade processante e julgadora dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares.

Esculpido no art. 5º, inciso LIII da CF/88 - *ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente* - o princípio do Juiz natural, pretende a garantia de um órgão julgador préestabelecido técnico, imparcial e isento, com competência estabelecida inicialmente na Constituição Federal.

Depois da fixação da GLO no Estado do Rio de Janeiro e, agora, com a Intervenção Federal decretada (Decreto 9.288), a medida excepcional fica ainda mais flagrantemente circunstancial e casuística.

De perguntar-se: qual a razão de transferir, excepcionando regra constitucional pétrea, a competência dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares para a Justiça Militar, senão as injustificáveis razões corporativas? Porque não se observar a regra, excepcionando-a em virtude de privilégios de determinado segmento social? Quais são as razões para não se confiar na competência, julgamento e veredito do Tribunal do Júri?

A Lei 13.491, rompendo regra pétrea, fixa privilégio incompatível. Não estabelecendo a Constituição regra excepcional, a competência e ritos do Tribunal do Júri devem ser observados para todos àqueles que praticam crime dolosos contra a vida, indistintamente e salvo as exceções trazidas pelo próprio texto, como dito. Tipo de igualdade formal fixada e que a lei 13.491, excepcionando com discriminações arbitrárias e sem razão plausível, cria privilégio corporativo

3.3. DESCUMPRIMENTO DE TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS

Não bastasse a violação ao texto constitucional, a Lei nº 13.491, de 2017, configura **descumprimento a tratados internacionais sobre direitos humanos**.

Com efeito, a Declaração Universal de Direitos Humanos, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – “Pacto de São José da Costa Rica”, e a Convenção Européia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais **garantem a todas as pessoas julgamento por tribunais competentes, independentes e imparciais**.

Isso significa, no âmbito que interessa à presente ação, que **a competência da jurisdição militar deve ser interpretada de forma restritiva**.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), aliás, já teve a oportunidade de se manifestar no sentido de que “*em um Estado Democrático de Direito, a jurisdição penal militar deve ter um alcance restrito e excepcional e se destinar a proteção de interesses jurídicos especiais, ligados as funções próprias das forças militares*” (sentença do caso Rosendo Radilla contra Estados Unidos Mexicanos).

Em sentido parecido, a CIDH se manifestou em diversos outros casos, dentre os quais pode-se citar os seguintes: Caso 19 Comerciantes (2004, parágrafos 164 a 177), Caso Almonacid Arellanos (2006, parágrafos 130 a 133), Caso Cantoral Beanvides (2000, parágrafos 111 a 115), Caso Durante e Ugarte

(2000, parágrafos 115 a 118) e Caso Las Palmeiras (2001, parágrafo 51 a 54).

O retrocesso trazido pela Lei nº 13.491, de 2017, é tão evidente, e a violação aos tratados internacionais de direitos humanos, tão patente, que Escritório para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) emitiram nota expressando profunda preocupação com o que dispõe essa legislação:

“O Escritório para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) expressam profunda preocupação com a recente aprovação pelo Congresso brasileiro de um projeto de lei (PL 441/2016) que altera o Código Penal Militar para que homicídios dolosos de civis cometidos por agentes das Forças Armadas sejam julgados por tribunais militares.

O ACNUDH e a CIDH têm argumentado há muitos anos que a investigação e o julgamento por tribunais militares de denúncias de violações de direitos humanos cometidas por militares, especialmente por supostas violações contra civis, impedem a possibilidade de uma investigação independente e imparcial realizada por autoridades judiciais não vinculadas à hierarquia de comando das próprias forças de segurança.

Os dois órgãos recordam que o Estado brasileiro ratificou vários instrumentos internacionais de direitos humanos que garantem a todas as pessoas julgamento por tribunais competentes, independentes e imparciais, tais como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

‘A justiça militar deve apenas julgar militares acusados de crimes de caráter exclusivamente militar ou infrações de disciplina militar’, expressou o Representante para América do Sul do ACNUDH, Amerigo Incalcaterra. ‘A ampliação da jurisdição dos tribunais militares representa um grave obstáculo para um julgamento justo e imparcial, fere o princípio da igualdade perante a lei e relativiza as garantias do devido processo legal e também as normas internacionais de direitos humanos’, indicou.

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos já enfatizou de forma consistente que a jurisdição militar não é competente

para investigar e, sendo o caso, processar e punir os autores de supostas violações de direitos humanos. Para os países que ainda a mantêm, a jurisdição penal militar deve ter um alcance restritivo e excepcional, relacionada a bens jurídicos específicos de ordem militar, e nunca deve ter um papel na investigação de supostas violações de direitos humanos.

O ACNUDH e a CIDH saudaram reformas adotadas por vários países da região para restringir significativamente o alcance da jurisdição militar. As alterações ao Código Penal Militar do Brasil que ampliariam a jurisdição dos tribunais militares representam um franco retrocesso, contrário à Convenção Americana e aos padrões interamericanos e universais de direitos humanos.

‘Este projeto de lei é incompatível com as obrigações internacionais assumidas pelo Brasil em matéria de direitos humanos’, afirmou o Presidente da Comissão Interamericana, Francisco Eguiguren. ‘Em particular, contraria os princípios da independência e imparcialidade judiciais e do juiz natural, fundamentais para a garantia de todos os direitos humanos nos âmbitos doméstico e internacional’, complementou o Comissário Eguiguren.

Por sua vez, o Relator da CIDH para o Brasil, Comissário James Cavallaro, ressaltou que ‘não é razoável o retrocesso de uma conquista tão importante do processo de redemocratização do Brasil na década de 80. A indesejável atuação das Forças Armadas na segurança pública atualmente existente no Brasil é o principal motivo para não se ter um foro diferenciado. A proteção e a garantia dos direitos individuais no Estado de Direito contra possíveis abusos de poder baseiam-se precisamente na ideia de que todos respondem igualmente perante a lei, sem foros diferenciados’.

O ACNUDH também recorda e destaca que o Relator Especial da ONU contra a tortura recomendou ao Brasil, no ano de 2016, que assegurasse que as denúncias e violações cometidas por agentes militares contra civis sejam processadas por tribunais civis.

Por último, o ACNUDH e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ressaltam que se dirigiram ao Estado brasileiro com preocupações sobre o referido projeto de lei previamente à sua aprovação. Em setembro deste ano, o Escritório Regional do ACNUDH enviou uma comunicação para o Senado Federal do Brasil expressando sua apreensão sobre o referido projeto de lei, à luz das normas internacionais de direitos humanos. A Comissão Interamericana, por sua vez, também solicitou informação ao Estado do Brasil mediante carta enviada em 20 de

setembro de 2017, sobre a natureza do referido projeto de lei, seu conteúdo e sua conformidade com as obrigações compreendidas na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

De acordo com informação disponível, o projeto de lei aprovado segue para sanção ou veto presidencial nos próximos dias. Assim, o ACNUDH e a CIDH instam a que se veto integralmente o projeto de lei por ser incompatível com as normas internacionais de direitos humanos ratificadas pelo Brasil.

A CIDH é um órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo mandato surge a partir da Carta da OEA e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Comissão Interamericana tem como mandato promover a observância e defesa dos direitos humanos na região e atua como órgão consultivo da OEA na temática. A CIDH é composta por sete membros independentes, que são eleitos pela Assembleia Geral da OEA a título pessoal, sem representarem seus países de origem ou de residência.

O Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (ACNUDH) tem o mandato de promover e proteger o desfrute e a realização plena, para todas as pessoas, de todos os direitos contemplados na Carta das Nações Unidas, bem como nas leis e nos tratados internacionais de direitos humanos. O ACNUDH realiza o seu trabalho à luz do mandato que lhe foi conferido pela Assembleia Geral das Nações Unidas em sua resolução 48/141. Sua sede internacional se encontra em Genebra, na Suíça. Já o Escritório Regional do ACNUDH para América do Sul está localizado em Santiago, no Chile, e cobre os seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela.”⁵

Portanto, além de inconstitucional, a legislação impugnada também viola diversos tratados internacionais sobre direitos humanos, alguns deles ratificados pelo Brasil, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

3.4. DA INCONSTITUCIONALIDADE DO VETO AO ART. 2º DO PROJETO DE LEI Nº 44/2016

O Presidente da República, Sr. Michel Temer, vetou um dos dispositivos da Lei impugnada, o que limitava o aumento da competência militar. O art. 2º, que estabelecia, no projeto original, que a Justiça Militar só poderia julgar os

⁵ <http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2017/160.asp>

crimes dolosos contra a vida praticados contra civis até 31 de dezembro de 2016, foi vetado, ampliando-se indefinidamente a competência.

O Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2016 (PLC 44) aprovado foi proposto em 2016, justificado, inconstitucionalmente, sob a alegação de necessidade de ampliação da segurança jurídica na Garantia da Lei e da Ordem – GLO.

O art. 2º do PLC 44 (PL nº 5768/2016, na Câmara dos Deputados), aprovado pelas duas casas legislativas e encaminhado para a sanção presidencial, possuía a seguinte redação:

“Art. 2º Esta Lei terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2016 e, ao final da vigência desta Lei, retornará a ter eficácia a legislação anterior por ela modificada.”

Esse dispositivo, todavia, foi vetado pelo Presidente da República, com as seguintes razões:

“As hipóteses que justificam a competência da Justiça Militar da União, incluídas as estabelecidas pelo projeto sob sanção, não devem ser de caráter transitório, sob pena de comprometer a segurança jurídica. Ademais, o emprego recorrente das Forças Armadas como último recurso estatal em ações de segurança pública justifica a existência de uma norma permanente a regular a questão. Por fim, não se configura adequado estabelecer-se competência de tribunal com limitação temporal, sob pena de se poder interpretar a medida como o estabelecimento de um tribunal de exceção, vedado pelo artigo 5º, inciso XXXVII da Constituição”.

Conforme se percebe, portanto, embora o Poder Legislativo tenha aprovado uma norma de caráter temporário, houve por bem o chefe do Poder Executivo, **substituindo a vontade do legislador**, transformar, por intermédio do veto, o texto submetido à sua apreciação em uma norma de caráter permanente, por entender que ***“o emprego recorrente das Forças Armadas como último recurso estatal em ações de segurança pública justifica a existência de uma norma permanente a regular a questão”***.

Não se desconhece, é verdade, que nosso texto constitucional admite o chamado veto parcial, e o faz expressamente nos §§ 1º e 2º do art. 66 da Constituição. Essa modalidade de veto, todavia, deve se submeter a alguns limites, sob pena de abusos e desvirtuamento do instituto (como se deu no caso em análise!).

Em primeiro lugar, como estabelece a própria Constituição, “*o veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea*”. Quanto a isso, o veto realmente abrangeu o art. 2º integralmente. Esse, todavia, não é o único limite aplicado ao veto parcial.

Com efeito, conforme leciona José Afonso da Silva, “*o veto parcial não pode atingir senão partes autônomas do projeto, de tal modo que, suprimidas, isso não influa no sentido da parte sancionada*”⁶. É dizer: ainda que o veto parcial se dê sobre a integralidade de um dispositivo, **se isso alterar o sentido do que foi votado no parlamento, desnaturando a intenção e os propósitos do Congresso, o veto será abusivo e inconstitucional**.

Mesmo participe do processo legislativo, o veto presidencial não pode, como se verifica no caso, significar na **burla, na usurpação**, ou **no apoderamento** da *mens legis*.

No caso, como visto, foi exatamente o que ocorreu. O legislador aprovou uma norma de caráter transitório e o chefe do Poder Executivo, por intermédio do veto parcial, alterando completamente o propósito do Legislativo, sancionou uma norma de caráter permanente. O PL 44 desejava a circunstancial “solução” de uma situação específica e estanque no tempo, uma “solução legislativa” com começo, meio e fim, mas que foi

A inconstitucionalidade do veto, portanto, mostra-se evidente.

⁶ AFONSO DA SILVA, José. Processo constitucional de formação das leis. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p.222.

4. DO PEDIDO CAUTELAR

De todo o arrazoadado verifica-se patente a presença do *fumus boni iuris* (há verossimilhança das alegações, em verdade) e do *periculum in mora*.

As razões conformadas na presente ADI afirmam tratar-se de gravíssimas mudanças na legislação penal e militar e com repercussão internacional, com amplas concessões e, por conseguinte amplíssimas restrições e supressões de direitos, princípios e da jurisdição, tudo irreversível e com danos desmensurados. Exige-se, pois, a imediata suspensão liminar dos efeitos da indigitada Lei nº 13.491, de 2017.

Requer-se que tal suspensão seja por meio de decisão monocrática *ad referendum* do Plenário do STF, tal como permitem os art. 10, §3º e 11 da Lei nº 9.868 e também o art. 21, inc. V, do Regimento Interno do STF (bem como do art. 170, § 1º e § 2º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal - RISTF). Pede que o relator da demanda conceda imediatamente a liminar, ante a urgência – *periculum in mora* –, condicionando-a ao posterior e imediato referendo pelo Plenário⁷.

Não sendo decidida monocraticamente a cautelar, pede o envio ao Plenário do STF, para a apreciação da medida cautelar, com prioridade.

De todo modo, requer o Partido demandante a fixação do rito do art. 12 da Lei nº 9.868⁸.

⁷ Dentre muitas outras, houve o deferimento de liminar *inaudita altera pars* e *ad referendum* do Plenário na ADI 2.849-MC (Rel. Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 3.4.2003), a ADI 4.232-MC (Rel. Ministro Menezes Direito, DJe 22.5.2009), a MC. na ADI 1.899-7 (Rel. Ministro Carlos Velloso). Ainda, MC na ADI 4.307. Rel. Min. Cármen Lúcia.

⁸ “Havendo pedido de medida cautelar, o relator, em face da relevância da matéria e de seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica, poderá, após a prestação das informações, no prazo de dez dias, e a manifestação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República, sucessivamente, no prazo de cinco dias, submeter o processo diretamente ao Tribunal, que terá a faculdade de julgar definitivamente a ação”.

7. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, forte nas *substanciais razões de fato*, comprovados nas diversas variantes apresentadas, e nos *múltiplos fundamentos jurídicos* em que se referencia a inconstitucionalidade do art. 9º, §2º e seus incisos, da Lei nº 13.491, de 2017, requer o Partido Socialismo e Liberdade o seguinte:

1. O recebimento e processamento da presente ação direta de inconstitucionalidade, na forma da Lei nº 9.868/1999 e do art. 19, inc. I, da Resolução-STF 427/2010;
2. A concessão de Medida Cautelar, em sede liminar, *inaudita altera pars*, a fim de que se suspenda imediatamente os efeitos do art. 9º, §2º e seus incisos, da Lei nº 13.491, de 2017;
3. Não sendo decidida monocraticamente tutela acautelatória, pede o envio ao Plenário do STF, para a apreciação da medida cautelar, com prioridade;
4. A aplicação do rito abreviado disciplinado no art. 12 da Lei nº 9.868/1999, em virtude da relevância da questão articulada na presente inicial e seu inegável impacto para os direitos fundamentais, a ordem social e a segurança jurídica no país;
5. Sejam colhidas as informações do Congresso Nacional e da Presidência da República no prazo de 10 dias;
6. Seja ouvida a Advogada-Geral da União, de acordo com o §3º do art. 103 da Constituição da República, além da abertura de vista dos autos à Procuradoria Geral da República, para manifestação quanto ao mérito da presente ação;
7. Sejam determinadas as diligências prévias com finalidade instrutória de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 20 da Lei nº 9.868/1999;
8. A prioridade de inclusão na pauta de julgamento no Plenário, observado o inc. VIII do art. 145, do RISTF;
9. A confirmação da decisão concessiva da medida cautelar para, ao final, declarar a inconstitucionalidade da integralidade do art. 9º, §2º e seus incisos, da Lei nº 13.491, de 2017;

10. Que a decisão seja dotada de efeitos *erga omnes* e *ex-nunc*, requerendo-se ainda, desde já, e caso assim a situação o exija, a restrição do alcance da decisão declaratória de inconstitucionalidade, conforme previsão contida no art. 27 da Lei nº 9.868/1999.

Nestes termos, pede o deferimento.

Brasília-DF, 26 de Fevereiro de 2018.

ANDRÉ MAIMONI
OAB/DF 29.498

ALBERTO MAIMONI
OAB/DF 21.144

ALVARO MAIMONI
OAB/DF 18.391